



## **A HISTORICIDADE DA DUALIDADE NO ENSINO E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: A ESCOLA UNITÁRIA E A ESCOLA DUAL**

Gláucia da Silva Cavalcante<sup>1</sup>  
Mylena Raquel da Silva Alves<sup>1</sup>  
Marlene Helena de Oliveira França<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A Reforma do Ensino Médio proposta no ano de 2017, pelo Presidente da República Michel Temer, por ser recente, é um tema atual e ainda pouco discutido. Tendo em vista, o campo de atuação do pedagogo, nota-se a importância de se realizar esta pesquisa, tanto em nível de informação, como de debates, críticas e proposições de novas perspectivas, bem como no campo científico das teorias, visando testá-las, discuti-las e ampliá-las para o mais vasto horizonte possível.

Ao passo que as políticas educacionais interferem diretamente na prática docente, bem como, na prática da gestão escolar, no planejamento pedagógico, na estrutura curricular, nas metodologias de ensino, na distribuição dos recursos na gestão escolar e na realização de projetos pedagógicos sociais, percebeu-se a importância de se realizar este estudo para a formação docente do pedagogo e, das demais licenciaturas.

No decorrer da pesquisa, percebemos que a escola democrática e cidadã é algo que exigirá, tanto dos profissionais da educação, quanto da sociedade, esforços e debates, críticas e proposições, para que este modelo tecnicista não se consolide e retroceda as conquistas alcançadas no campo das políticas educacionais.

Neste trabalho, fizemos uma discussão acerca da dualidade no ensino médio, pauta que não deixa de vagar na história educacional brasileira, trazendo um diálogo com a escola unitária proposta por Gramsci e a Reforma de Gentile realizada na Itália de Mussolini. Com o objetivo de levantar elementos acerca da dualidade do Ensino Médio no Período Ditatorial e estudar a dualidade readquirida através da Reforma do Ensino Médio proposta por Michel Temer.

---

<sup>1</sup> Graduandas do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

<sup>2</sup> Professora Doutora na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Orientadora do trabalho.



Para a realização da pesquisa, visitamos a Escola Cidadã Integral Papa Paulo VI, localizada no bairro de Cruz das Armas, João Pessoa-PB. Atendendo a disponibilidade da equipe da escola, visitamos a escola no dia 19 de outubro de 2018, às 09:00hs. A receptividade e disponibilidade da gestora, dos professores, da equipe administrativa e dos alunos, foi algo que nos cativou profundamente.

Visando uma melhor organização didática, este resumo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, a metodologia adotada na pesquisa; seguida por resultados e discussões da temática; e por fim, as conclusões e as referências que embasaram a pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa de campo, com o uso de um questionário semi-estruturado foi realizada na Escola Cidadã Integral Papa Paulo VI, no bairro de Cruz das Armas, João Pessoa-PB. No que concerne à aplicação do questionário com os professores que lecionam no ensino médio, informamos que não houve resistência, pelo contrário, nos deparamos com professores que se interessam pelo tema de estudo e que compreendem a importância de se pesquisar. No tocante aos alunos, uma professora do 3º ano do ensino médio, prontificou-se a selecionar 6 alunos de cada turma de 3º ano e, nos enviar os alunos em grupos de 6, para que pudessem responder a nossa pesquisa. Notou-se que houve um interesse e uma satisfação por parte dos estudantes, em fazer parte da pesquisa.

No que diz respeito aos procedimentos adotados, utilizamos pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que segundo Marconi e Lakatos (2003) se complementam, ou seja, a pesquisa bibliográfica e documental, precederam a pesquisa de campo, a fim de trazer os fundamentos necessários à compreensão do tema. Logo, através da pesquisa inicial, foi possível levantar e analisar teoricamente as problemáticas levantadas.

A pesquisa de campo fez-se necessária e fundamental para o nosso processo de construção teórica, tendo em vista que, os dados coletados estavam atrelados aos nossos objetivos iniciais e a pesquisa bibliográfica e documental, com delimitação de quantidade e categoria. Para analisar os dados, realizamos uma análise de natureza quanti-qualitativa, pois, “tanto a pesquisa quantitativa quanto a pesquisa qualitativa



apresentam diferenças [...] os elementos fortes de um complementam as fraquezas do outro, fundamentais ao maior desenvolvimento da Ciência.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34). Desse modo, fizemos uma leitura crítica dos dados, dando maior ênfase aos dados qualitativos, pois, estes estão carregados de impressões subjetivas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que diz respeito aos resultados, conseguiu-se através da aplicação de questionários, produzir e coletar os dados necessários à pesquisa. Aos professores disponibilizamos um questionário contendo 9 questões, sendo, 4 quantitativas e 5 qualitativas. Para os alunos, disponibilizamos um questionário com 15 questões, dentre elas, 5 quantitativas e 10 qualitativas.

Em relação aos dados quantitativos, dos professores entrevistados, 3 responderam ser do gênero masculino e 6 do gênero feminino. No que se refere à cor dos professores, 7 se afirmaram pardos e 2 pretos. No tocante à classe social, 7 dos professores se afirmaram ser de classe baixa e 2 se afirmaram pertencer a classe média. Dos alunos entrevistados, a totalidade de 26 alunos do 3º ano do Ensino Médio, sendo, 1 com 16 anos, 14 com 17 anos, 2 com 18 anos, 4 com 19 anos, 4 com 20 anos e, 1 com 21 anos. Se autodeclararam 12 do gênero feminino e 14 do gênero masculino, se afirmaram, como 5 de classe baixa e 19 de classe média.

Para melhor analisar os resultados obtidos, desenvolvemos categorias de análise, para os professores, essas categorias foram: A reforma e as necessidades do alunado; Notório saber; e Ensino Médio e qualificação profissional. Dentro da primeira categoria, lançamos a questão: Você acha que a reforma proposta atende as necessidades dos alunos? Justifique. Nas respostas obtidas, notou-se que alguns professores enxergam a reforma como uma ameaça aos estudantes, retirando oportunidades e promovendo uma minoria. Ao discutir a retirada de disciplinas que proporcionam uma formação crítica do estudante, invocamos o parágrafo 3º da Reforma que diz, “§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio” (BRASIL, 2017). Ao enfatizar, como obrigatório apenas disciplinas de língua portuguesa e matemática, a reforma promove um choque de concepções com a Constituição Federal, Art. 205, no qual se refere à educação como



Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da sua cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

Há contradição ainda, no Art. 206 que estabelece os princípios base da educação, destacando no Inciso II, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1998). Logo, delimita-se a liberdade de aprendizado, a formação para o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento dos estudantes, a duas disciplinas básicas, que isoladas não permitem tal desenvolvimento.

Na segunda categoria, lançamos a questão: O que você pensa quanto à admissão de professores com notório saber? Justifique. Para alguns professores, o notório saber se configura como uma ameaça, um retrocesso, uma desqualificação e desvalorização dos profissionais da educação, pois, ao admitir pessoas que comprovem ter um saber mínimo para lecionar uma disciplina, são dispensados professores formados e qualificados para exercer tal função. Assim, há uma desvalorização da categoria e um retrocesso na qualidade da educação ofertada. Tendo em vista que, a reforma proposta defende no Art. 61 e Inciso IV, a admissão de

profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada (BRASIL, 2017).

Já a Lei de Diretrizes e Bases (1996), em seu Art. 61 e Inciso II, considera como “trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas” (BRASIL, 1996). Desse modo, nota-se a desvalorização da formação necessária ao educador que, culmina com a desvalorização da própria categoria.

Na terceira categoria, lançamos a questão: O que você pensa quanto a junção do Ensino Médio à qualificação profissional? Na opinião dos professores, a junção do Ensino Médio à qualificação profissional é importante, porém, a reforma não contempla a formação crítica do alunado, e retoma a educação tecnicista para formação de mão de obra para o mercado, assim como, no período ditatorial por uma “concepção produtivista de educação [...] na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e



produtividade” (SAVIANI, 2008). Verifica-se que, a reforma atual corresponde diretamente à concepção de educação do período ditatorial, reafirmando seus pressupostos e sua finalidade.

Em relação aos alunos, organizamos três categorias de análise, a primeira: Qualidade do Ensino Médio; a segunda: Escolha profissional; e a terceira: Opinião sobre a Reforma do Ensino Médio. Em suma, os alunos se disseram insatisfeitos com o atual ensino médio, por este, evidenciar pouco a preparação para o ENEM<sup>3</sup>. Em relação a escolha profissional, ao serem questionados sobre o ingresso no Ensino Superior ou Técnico, os alunos responderam que pretendem ingressar no Ensino Superior, por vislumbrar através dessa formação uma melhora na qualidade de vida e uma boa formação profissional, bem como, a aquisição do diploma. No tocante a terceira categoria, sobre a opinião dos alunos acerca da reforma, percebemos através das respostas dos alunos que a exclusão de matérias que estimulam o pensamento crítico, é um ponto de grande insatisfação entre o alunado. Outro ponto de insatisfação, apontado nas respostas dos alunos, é a admissão dos professores com notório saber, pois, os alunos colocam essa admissão como uma ferramenta de desemprego e injustiça para com os professores que se qualificaram para exercer tal função.

## **CONCLUSÃO**

Após a realização deste estudo, confirmamos a nossa hipótese inicial de que, a conjuntura política interfere substancialmente nas políticas públicas, dentre elas, a política educacional, confirmando assim, o pressuposto de que a educação sempre estará à mercê dos campos políticos e econômicos e formará para tanto a mão de obra necessária para a manutenção da sociedade capitalista. No que concerne a Reforma do Ensino Médio, há em geral, uma insatisfação pela política adotada, tendo em vista, os interesses neoliberais para a sua promoção, interesses estes que se reafirmam nas medidas tomadas para a dualização do ensino médio e o incentivo à restrição da entrada desses jovens nas Universidades.

O recorte da amostra colhida atendeu aos nossos propósitos iniciais, de modo que, os 26 alunos e os 9 professores entrevistados se mostraram solidários à execução da pesquisa. A amostra se revelou de suma importância, pois, ao tomarem

---

<sup>3</sup> Exame Nacional do Ensino Médio.



conhecimento da reforma proposta, os alunos iniciaram uma discussão sobre o tema, apontando entre si os pontos cruciais e analisando os seus benefícios e malefícios. Essa postura observada revelou-se essencial para a consolidação dos nossos objetivos sociais, trazendo e suscitando a discussão para a comunidade escolar.

Para solucionar a dualidade imposta na educação brasileira, desde os seus primórdios, apontamos como importantes o papel da gestão escolar na conscientização dos alunos, equipe pedagógica, equipe de funcionários, familiares e a comunidade que envolve a instituição. Destacamos, ainda, a importância dos professores estarem ativos e conscientes das políticas educacionais propostas para o seu campo de atuação, bem como, a estruturação de debates em sala de aula e em reuniões escolares, visando à aquisição de consciência do alunado em torno das questões que lhes dizem respeito.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Capítulo III da educação, da cultura e do desporto.** Brasília – DF. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 Ago 2018.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação** (1996). Brasília – DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 15 Ago 2018.

BRASIL. **Lei 13. 415, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília – DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 22 Ago 2018.

DORE, Rosemary. AFINAL, O QUE SIGNIFICA O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO EM GRAMSCI? **Cad. Cedes**, vol. 34, n. 94, Campinas – SP. 2014. p. 297-316.

GERHARD, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 01 nov. 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <[http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)> Acesso em: 01 nov. 2018.

SAVIANI, Dermeval. O LEGADO EDUCACIONAL DO REGIME MILITAR. **Cad. Cedes**, vol. 28, n. 76, Campinas – SP. 2008. p. 291-312.